

**Remetente (pessoa jurídica):****CNPJ**

27.136.980/0001-00

**Nome da instituição**

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

**Setor**

Protocolo-Geral

**Responsável pelo envio (Pessoa física):****Nome**

Carla Fernandes e Oliveira

**Telefone**

(61)2027-3620

**E-mail**[protocologeral@mdh.gov.br](mailto:protocologeral@mdh.gov.br)**Destinatário:****Nome**

ROBERTO BARROSO

**Setor**

Presidência

**Descrição do documento**

OFÍCIO Nº 9759/2023/GM.MDHC/MDHC

Consulta de adesão ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal - CNJ.

**Anexos**

OFÍCIO Nº 9759.pdf  
controlador.php\_.pdf  
SEI\_MDHC-3854469-Anexo.pdf  
SEI\_CNJ-1571714-Oficio-Circular-GP.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



3856144

00135.209187/2023-84



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 9759/2023/GM.MDHC/MDHC

Brasília, 6 de outubro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor  
Ministro ROBERTO BARROSO  
Presidente do Conselho Nacional de Justiça  
Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lotes 5/6  
70.070-600 Brasília/DF

[presidencia@cnj.jus.br](mailto:presidencia@cnj.jus.br)**Assunto: Consulta de adesão ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal - CNJ.**

Ref.: 02433/2023

Senhor Presidente,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Ofício-Circular nº 341/GP/2023 ([3592712](#)), e documentação correlata, por meio dos quais esse Conselho Nacional de Justiça convida este Ministério a aderir ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, cujo objetivo é garantir a efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.
2. Sobre o assunto, manifesto a anuência deste Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania quanto à proposta de adesão ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, objeto do Termo de Adesão ao Termo de Cooperação Técnica 03/2023 ([3592704](#)), proposto por esse Conselho Nacional de Justiça.
3. Nesse sentido, encaminho o Anexo ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023 ([3854469](#)), devidamente preenchido, com vistas ao prosseguimento da adesão, bem como indico o servidor abaixo, como responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica:  
  
I - Pedro de Lemos MacDowell, Analista Técnico de Políticas Sociais, ocupante do cargo de Coordenador na Coordenação-Geral de Indicadores e Evidências em Direitos Humanos, endereço eletrônico: [pedro.lemos@mdh.gov.br](mailto:pedro.lemos@mdh.gov.br), telefone (61) 2027-3715.
4. Ao ensejo, renovo votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

SILVIO LUIZ DE ALMEIDA

Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Luiz de Almeida, Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania**, em 06/10/2023, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 3856144 e o código CRC 26E67790.

---

Criado por [fabíola.cunha](#), versão 4 por [fabíola.cunha](#) em 06/10/2023 13:50:10.



**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

PRESIDÊNCIA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F, Brasília - DF, CEP 70070-600

[www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

Ofício-Circular nº 341/GP/2023

Brasília, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência o Senhor

SILVIO LUIZ DE ALMEIDA

Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania

Brasília - DF

**Assunto: Envio do plano de trabalho referente ao Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023 – Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal.**

Senhor Ministro de Estado,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, sirvo-me do presente para relembrar a importância da adesão desse órgão ao **Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal**, estabelecido por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 03/2023 por este Conselho juntamente com o Conselho da Justiça Federal, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Nacional do Ministério Público, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça e aos serviços públicos na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI).

Destaco também que a 1ª Itinerância está prevista para o período de **17 a 21 de julho** deste ano em São Felix do Xingu (PA), localidade onde a Justiça Federal não possui Subseção Judiciária instalada.

Assim, compartilho a cópia do referido instrumento de cooperação, a minuta do Termo de Adesão, bem como o plano de trabalho já finalizado, para apreciação. Havendo interesse na adesão, encaminhar resposta por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico <https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>, fazendo referência ao SEI n. 02433/2023, com o Termo de Adesão em anexo devidamente preenchido e assinado.

A assinatura pode ser feita, preferencialmente, de forma eletrônica pelo órgão aderente e, caso seja feita de forma física, deve ser encaminhado também o documento de identificação para fins de validação da assinatura.

Grata por poder contar com a colaboração de Vossa Excelência, reitero o meu especial apreço.

Ministra **ROSA WEBER**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ROSA MARIA PIRES WEBER, PRESIDENTE**, em 26/05/2023, às 13:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1571714** e o código CRC **AF0F71D0**.

---

**Anexos:** TCT n. 03/2023 (1520354), Minuta do Termo de Adesão (1551661) e Plano de Trabalho (1567019)

**Atenção:** Favor encaminhar resposta a este Ofício por meio do sistema Malote Digital ou Protocolo Eletrônico (<https://www.cnj.jus.br/formularios/protocolo-eletronico/>).

---



3854469

00135.209187/2023-84

**ANEXO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023****TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL.**

O **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)**, com sede em Brasília, no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 4º andar, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.054-906, inscrito no CNPJ/MF nº 27.136.980/0001-00, neste ato representado pelo **Ministro de Estado Silvio Luiz de Almeida**, nomeado por meio do Decreto de 1º de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Especial, publicado no Diário Oficial da União em 01/01/2023, portador do CPF nº 267.XXX.XXX-32, residente e domiciliado em Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

**Silvio Luiz de Almeida, Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania**, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, §2º, 115, §1º, e 125, §7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95; art. 22, parágrafo único, da Lei n. 10.259/2001; Resolução CNJ n. 460/2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ n. 350/2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

- I – Institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;
- II – Capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;
- III – Produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;
- IV – Designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e
- V – Geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

**1. ATUAÇÃO COORDENADA:** O **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania** desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

**2. GESTOR(A) LOCAL:** indica para gestor(a) local do presente instrumento o(a) Sr(a). **Pedro de Lemos MacDowell**, ocupante do cargo **Analista Técnico de Políticas Sociais**, endereço eletrônico: **pedro.lemos@mdh.gov.br**, telefone **(61) 2027-3715**, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere.

**3. VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

**4. RESPONSABILIDADES****4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:**

- I – Exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;
- II – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III – Promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V – Produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI – Gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

#### 4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP

I – Diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II – Planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III – Promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV – Produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V – Diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

#### 4.3 São responsabilidades gerais do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania:

I – Viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II – Viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos(as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III – Produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV – Fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V – Designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI – Gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

**5. PUBLICAÇÃO:** O presente instrumento será divulgado, pelo CNJ, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei n. 14.133/21.

Brasília, 6 de outubro de 2023.

**SILVIO LUIZ DE ALMEIDA**

Ministro de Estado

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Luiz de Almeida, Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania**, em 06/10/2023, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3854469** e o código CRC **5C28763F**.

---

Referência: Processo nº 00135.209187/2023-84

SEI nº 3854469

---

Criado por [marleide.rocha](#), versão 2 por [fabiola.cunha](#) em 06/10/2023 13:50:48.